



A MIGRAÇÃO COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO

Sebastião Bala Rocha

Impulsionar políticas migratórias, ainda que temporárias, pode ser considerada uma sábia decisão. O Brasil recentemente implantou o “Ciência sem Fronteiras”, um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.

Desta feita, investiremos na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento, bem como aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior.

O incentivo à inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros é outro objetivo, bem como ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas e atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.

O projeto prevê a utilização de até 75 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior.

Importar mão de obra é imperativo para o desenvolvimento do Brasil, que tem claras deficiências na área das engenharias, por exemplo. Assim,



temos que nos aprofundar na discussão sobre a questão migratória, uma vez que este é um ponto reconhecido como um fenômeno social, econômico e político em um diálogo alargado, que envolve diversos ministérios dos países de origem, trânsito e de acolhimento, organizações internacionais e a sociedade civil e na qual se pode reconhecer e destacar efeitos positivos para o desenvolvimento do país de origem.

Assim, um importante passo a ser dado é conhecer os dados estatísticos, que permitirão aferir o peso real desse movimento. É uma condição necessária para a escolha das políticas migratórias, que deve ser complementada por políticas de inserção social dos imigrantes nos países de acolhimento, assim como por políticas que vejam os migrantes como agentes de desenvolvimento, quer para os países de acolhimento quer para os países de origem.

Por outro lado, é necessário ter em mente as diferentes realidades entre os países, que possuem políticas, quadros legislativos e problemas concretos diferentes. Os corpos diplomáticos desses países devem desempenhar um papel fundamental na coordenação das políticas entre as nações.

1. AVANÇOS

Em maio de 2012, nós aprovamos na Câmara dos Deputados uma proposta que permite a ratificação de acordo firmado entre Brasil e Alemanha na área de previdência social (PDC 492/11). Pelo texto aprovado, trabalhadores de ambos os países, quando residentes no território do outro, terão acesso ao sistema de previdência local, sendo autorizada a soma dos tempos de contribuição em cada país para atingir o tempo mínimo necessário à obtenção de aposentadorias e demais benefícios previdenciários.

Segundo o Ministério da Previdência Social, o acordo com Alemanha garantirá proteção previdenciária a cerca de 90 mil brasileiros que vivem naquele país e aos 27 mil alemães radicados no Brasil, além de viabilizar negociações tendentes à assinatura de um acordo multilateral com a União Europeia.

Atualmente, o governo brasileiro já firmou acordos de mesmo teor com os membros do Mercosul e com países como Espanha, Grécia, Itália e Portugal. Há também tratativas em estágio avançado com outros países, incluindo Estados Unidos, França e Reino Unido. Essa é uma iniciativa saudável que deve ser estudada e, se possível, estendida aos outros países.



2. HISTÓRICO

As tratativas entre sul americanos e europeus, no campo da cooperação, começaram em 1995, quando a UE e o Mercosul assinaram um acordo que entrou em vigor em 1999. Uma declaração conjunta anexada ao acordo proporciona a base para o diálogo político entre as partes.

Já em 2000, as partes deram início a negociações com vista a um acordo de associação sustentada em três pilares: reforço do diálogo político, intensificação da cooperação e criação de uma zona de comércio livre. As negociações foram suspensas em 2004 sobre diferenças fundamentais no âmbito do comércio. Não obstante, as relações políticas evoluíram culminando com um acordo feito em 2008, para alargar as relações a três novas áreas: ciência e tecnologia, infraestrutura e energia renovável.

Recebemos com muito entusiasmo a assistência que UE ao Mercosul, através do seu Programa Regional 2007-2013, adotado em Agosto de 2007, no quadro da estratégia regional para o Mercosul. O programa regional prevê uma verba de 50 milhões de euros para apoio a projetos em três áreas prioritárias: reforço institucional do Mercosul; apoio ao Mercosul nos preparativos para a aplicação do acordo de associação; e promoção da participação da sociedade civil no processo de integração do Mercosul.

O Governo Federal, por meio do Mercosul, reitera sua vontade de avançar nas negociações com a União Europeia com vistas a alcançar um acordo de livre comércio abrangente e equilibrado. As exportações de nosso bloco à União Europeia alcançaram uma média de 55 bilhões de dólares entre os anos de 2006 a 2008, o que equivale a 20% das exportações totais ao mundo. Ao mesmo tempo, os países da União Europeia são os principais investidores diretos em nossa região.

Um acordo de associação não apenas permitirá fortalecer essas correntes comerciais, mas também abrirá novas oportunidades para os setores produtivos do Mercosul no importante mercado comunitário. Ao mesmo tempo, a negociação com a União Europeia servirá para vitalizar o processo de aperfeiçoamento da união aduaneira do Mercosul.

Em tal contexto, o bloco sul americano recebeu com satisfação a decisão da Comissão Europeia a favor de um restabelecimento formal das negociações. Tal como assinalou nas reuniões informais desenvolvidas nos últimos meses entre representantes de ambos os blocos, o Mercosul atribui grande



ênfase à negociação de um Acordo de Associação ambicioso e equilibrado, que aborde apropriadamente as assimetrias de desenvolvimento entre as duas regiões.

Isso implica que as negociações entre o Mercosul e a UE deverão ser claramente compatíveis com os esforços do bloco sul americano em prol de uma maior diversificação de sua estrutura produtiva e do crescimento do emprego. Nós entendemos que o comércio internacional deve desempenhar um papel na promoção do desenvolvimento e na redução da pobreza.

Especificamente, o futuro Acordo de Associação deverá abordar as demandas de acesso aos produtos de interesse do Mercosul, em especial os bens agrícolas e processados, bem como preservar adequadamente os espaços de política do Mercosul em outros âmbitos.

Os intercâmbios prévios entre o Mercosul e a Comissão Europeia indicam que resta um longo caminho a ser percorrido, no qual deverá assegurar-se que ambas as partes obtenham claros benefícios econômicos do futuro Acordo de Associação. O Mercosul se encontra preparado para trabalhar em direção a esse objetivo comum.

SEBASTIÃO BALA ROCHA é Deputado Federal (PDT/AP). Médico, Bala Rocha é um dos quadros políticos de maior expressividade do Amapá. Foi Senador e Deputado Estadual e na Câmara dos Deputados está no segundo mandato. Atua em diversas áreas, principalmente, nas de educação, emprego e inclusão social. Tem também participado ativamente das discussões para a construção de políticas afirmativas para a redução do aquecimento global, sendo, inclusive, autor do projeto que criou o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.